

Juntas Comerciais

Instituição responsável: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Coordenador da pesquisa: Luciano Benetti Timm – ltimm@cmted.com.br

A partir do estudo sobre a estrutura jurídica do Sistema Nacional de Registro Mercantil e o cenário que envolve a abertura de novas empresas no Brasil foi possível identificar alguns dos gargalos existentes e percebidos pelos novos empreendedores brasileiros. Com o auxílio de pesquisa qualitativa e quantitativa em 4 estados da federação, somadas às teorias do Direito e da Economia, foi feito um levantamento de dados e a efetivação da análise econômica proposta.

Entre algumas constatações está a burocracia pela qual é obrigada a passar uma nova empresa no Brasil que busca legalizar-se, e que representa custos de transação das relações dos empresários com o Estado.

As Juntas Comerciais e o Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC) não são os maiores responsáveis pelos custos de transação existentes nessa cadeia de procedimentos. Ainda que exista uma legislação federal uniformizando atividades de registro mercantil, há uma enorme disparidade nos procedimentos adotados nos estados analisados. Mesmo que parte dos entrevistados não tenha conhecimento da legislação que criou o Redesim, a pesquisa aponta a necessidade de medidas semelhantes às da referida legislação.

O estudo mostra que o principal impulsionador da agilização dos processos de registro mercantil está na integração institucional dos diferentes agentes públicos envolvidos no registro mercantil.

Três outros fatores parecem contribuir para esse processo: a decisão política da administração superior estadual para empreender essa integração; a coordenação gerencial para essa integração e a adoção de técnicas gerenciais.

Do ponto de vista da coordenação federal, a opção parece recair sobre uma mudança institucional do DNRC, o que apontaria para a criação de uma agência reguladora estabelecendo não apenas normas para todo o sistema nacional de registro mercantil, mas incentivos seletivos efetivos para que as unidades estabeleçam a integração institucional indispensável à agilização desses processos.